

Intenção



ASSOCIAÇÃO FILOSÓFICA SCIENTIÆ STUDIA

DIRETORIA EDITORIAL

Pablo Rubén Mariconda (USP-Br)

VICE-DIRETORIA EDITORIAL

Plínio Junqueira Smith (Unifesp-Br)

Sylvia Gemignani Garcia (USP-Br)

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Passos Videira (UFRJ-Br)

Eduardo Alejandro Barrio (UBA-Ar)

Eleonora Orlando (UBA-Ar)

Gustavo Andrés Caponi (UFSC-Br)

Hugh Lacey (Swarthmore College- EUA)

Ivan Domingues (UFMG-Br)

Jelson Oliveira (PUCPR-Br)

João Príncipe (UE-Pt)

Jose Diez (UB-Esp)

José Luís Garcia (UL-Pt)

Leopoldo Waizbort (USP-Br)

Luciana Zaterka (UFABC-Br)

Marco Antonio de Ávila Zingano (USP-Br)

Marcos Barbosa de Oliveira (USP-Br)

Maria Cecília Leonel Gomes dos Reis (UFABC-Br)

Olival Freire (UFBA-Br)

Oswaldo Pessoa Junior (USP-Br)

Pablo Lorenzano (UNQ-Ar)

Patrícia Kauark (UFMG-Br)

Paulo Faria (UFRS-Br)

Roberto Bolzani Filho (USP-Br)

Silvia Alejandra Manzo (UNLP-Ar)

Silvio Seno Chibeni (Unicamp-Br)

Vicente Sanfélix-Vidarte (UV-Esp)

www.scientiaestudia.org.br/editora



Intenção

G. E. M. Anscombe



Tradução

Anderson Luis Nakano

Revisão técnica

Beatriz Sorrentino Marques



ASSOCIAÇÃO FILOSÓFICA SCIENTIÆ STUDIA
São Paulo, 2023



COPYRIGHT © Associação Filosófica *Scientiæ Studia*, 2023

TÍTULO DO ORIGINAL: *Intention*. 2ed. Harvard University Press, 2000.

DIREÇÃO EDITORIAL: Pablo Rubén Mariconda

DESIGN EDITORIAL E CAPA: Leticia Freire

REVISÃO: Plínio Junqueira Smith

CAPA: Agradecemos a imagem de Lisa Fotios, disponível em
<https://www.pexels.com/@fotios-photos/>

COLEÇÃO EPISTEMOLOGIA E FILOSOFIA ANALÍTICA

EDITORES: Anderson Luis Nakano

Edelecio Gonçalves de Souza

Plínio Junqueira Smith

Renato Kinouchi



Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

A617 Anscombe, G. E. M. (Gertrude Elizabeth Margaret)
Intenção / G. E. M. Anscombe; tradução: Anderson Luis Nakano;
revisão técnica: Beatriz Sorrentino Marques. -- São Paulo : Associação
Filosófica *Scientiæ Studia*, 2023.
172 p.

Título original: *Intention*.

ISBN 978-65-86595-11-6

1. Filosofia analítica. 2. Intenção (lógica). 3. Intencionalidade
(filosofia). I. Título. II. Anscombe, Gertrude Elizabeth Margaret. III.
Nakano, Anderson Luis. IV. Marques, Beatriz Sorrentino.

CDD 160



Associação Filosófica *Scientiæ Studia*

Rua Doutor Cícero de Alencar, 131

05580-080 – São Paulo, SP

www.scientiæstudia.org.br



SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA • 13

INTRODUÇÃO • 15

1 Introdução do assunto sob três rubricas: expressão de intenção para o futuro, ação intencional e intenção ao agir. • 17

2 Rejeição do entendimento intuitivo da diferença entre “predição” e “expressão de intenção” como fundamento para uma explicação filosófica de expressões de intenção. Definição da predição de tal maneira a incluir ordens e expressões de intenção, bem como estimativas do futuro. A falsidade de expressões de intenção no tempo futuro do presente **(a)** como mentira e **(b)** como falsidade devido à intenção não ser executada. • 18

3 Utilidade de se considerar a expressão verbal da intenção para o futuro a fim de evitar vários becos sem saída. Inutilidade de uma explicação introspectiva da intenção. Distinção entre expressões de intenções e estimativas do futuro pela justificação dada para elas, se houver alguma. • 24

4 Será que há alguma afirmação da forma “*A* tem a intenção de *X*” que pode ser feita com um grau elevado de certeza? As descrições das ações de alguém são com frequência descrições que podem ocupar verdadeiramente o lugar de “*X*” em “*A* tem a intenção de *X*”. Razões pelas quais supomos que o agente é a única autoridade de suas próprias intenções. • 27

5 Ações intencionais definidas como aquelas às quais um certo sentido da questão “por quê?” se aplica. Dificuldade em se definir o sentido relevante e perigo de circularidade em nossas explicações de “razão para agir” e “ação”. “Eu derrubei o copo da mesa, porque me sobressaltei” dá uma resposta à questão “por quê?” a propósito de algo que foi feito. • 30



Intenção

6 Com a resposta “eu não sabia que estava fazendo isso”, rejeita-se que a questão “por quê?” se aplica. A mesma ação pode ter muitas descrições e, sob algumas delas, o agente a conhece, sob outras, não. • 33

7 Também se rejeita que a questão se aplica quando a ação é involuntária; essa noção, todavia, não pode ser introduzida sem se considerar como resolvido o mesmo tipo de problema que estamos discutindo. Dificuldades com a noção de “involuntário”. • 34

8 Introdução do “conhecimento não observacional” como, por exemplo, o conhecimento que se tem de seus próprios movimentos. Há também conhecimento não observacional da causação de um movimento, como quando digo por que me sobressaltei. Podemos definir, sem nenhuma circularidade, uma classe de movimentos involuntários como a classe de movimentos conhecidos sem observação, mas onde não há lugar para conhecimento não observacional da causalidade: por exemplo, o espasmo muscular que às vezes se tem ao se cair no sono. • 36

9 Em um sentido da questão “por quê?”, a resposta menciona evidências; mas não é necessário que uma resposta à questão “por quê?” sobre uma ação que não menciona evidências não dê, por isso, uma razão para agir. Os casos em que era difícil distinguir uma causa de uma razão se revelam como aqueles em que há conhecimento não observacional da causação. • 39

10 Nomeação desse tipo de causação como “causalidade mental”. Causas mentais devem ser distinguidas de motivos de ações e objetos de sentimentos. • 40

11 E também de intenções com que uma pessoa age, ainda que essas possam ser expressas na forma “eu queria...”. A causalidade mental não é importante por si própria, mas é importante fazer essas distinções. • 41



12 Os filósofos têm distinguido, de uma maneira bastante acentuada, entre motivos e intenções, e os primeiros têm sido descritos como causas. Popularmente, motivos e intenções não são tão distintos, mas “motivo” é uma noção mais abrangente do que “intenção”. Um motivo não é, em absoluto, uma causa. • 44

13 Dentre os motivos que não são intenções para o futuro, podemos distinguir entre motivos orientados para o passado, como a vingança (matei-o, pois ele matou meu irmão), e motivos em geral (ela fez isso por amizade). Motivos em geral também podem ser chamados de “interpretativos”. • 46

14 O que distingue os motivos orientados para o passado de causas mentais? As noções de bem e de mal estão envolvidas naqueles. • 49

15 Em alguns casos, a distinção entre causa mental e razão não é nítida. Por exemplo, no caso: “deixei isso de lado, porque ele me disse para fazê-lo”. • 51

16 Resumo dos resultados obtidos até então. • 53

17 Não se rejeita que a questão “por quê?” se aplica quando a resposta é, por exemplo, “por nenhuma razão em particular” ou “não sei por que fiz isso”. Consideração da última resposta. • 54

18 O fato de “por nenhuma razão em particular” ser uma possível resposta à questão “por quê?” sobre uma ação não mostra que essa resposta sempre faz sentido. Porém, quando falamos dela como não fazendo sentido, queremos dizer que não podemos entender aquele que a diz, e não que “uma forma de palavras é excluída da linguagem”. Identificação da questão “por quê?” como uma questão que espera uma resposta no âmbito que descrevemos, âmbito que usamos para definir a classe de ações intencionais. • 56



Intenção

19 Ao chamarmos uma ação de intencional, não mencionamos nenhuma característica adicional que é vinculada à ação no momento em que ela é feita. Prova disso pela suposição de que haja essa característica. • 59

20 Discussão sobre se ações intencionais ainda poderiam ter a característica de serem intencionais, embora não houvesse algo como a expressão de intenção para o futuro, ou a intenção subsequente com a qual alguém age. Não haveria algo como nossa questão “por quê?” ou ação intencional se a única resposta fosse: “por nenhuma razão em particular”. • 62

21 Crítica da prova aristotélica de um fim último para as ações de uma pessoa. Ainda assim, podemos agora ver que algumas cadeias de razões para agir devem ocorrer se há algo como uma ação intencional. • 68

22 Discussão da intenção *com que*, quando essa menciona algo futuro. Para que seja possível dizer que um agente faz *P* para que *Q*, *ele* deve considerar o reconhecimento de “mas se *P*, *Q* não acontecerá” como incompatível com sua posse daquela intenção ao agir. • 69

23 Será que há alguma descrição que seja *a* descrição de uma ação intencional quando ela ocorre? Invenção de um exemplo para examinar a questão: alguém que move seu braço ao bombear água para abastecer um reservatório a fim de envenenar os habitantes e que também faz, ao mesmo tempo, outras coisas com a manopla da bomba d’água. Quaisquer descrições verdadeiras do que ele está fazendo, e que satisfazem nossos critérios, são descrições de ações intencionais. Será que há tantas ações e tantas intenções quantas forem essas descrições? • 72

24 Dificuldades. Se “ele está envenenando os moradores” é uma dessas descrições, quando é que ele faz isso? Como é



que o ato de levantar e abaixar seu braço é um ato de envenenar os moradores? • 79

25 Suposição de que o agente sabe que a água envenenará os moradores, embora diga: “não me importo com isso, só estou fazendo meu trabalho de bombear água”; essa resposta não cai no âmbito de respostas a “por quê?” por meio do qual definimos a ação intencional. É possível determinar as intenções de alguém somente pelo que ele diz serem suas intenções? O interesse nas intenções de alguém, à parte do que ele de fato fez. • 81

26 Resposta às questões do §23. A ordem $A-D$, isto é, a ordem de descrições de uma ação como intencional, na qual se pode dizer que cada termo da série é uma intenção *na* ação como descrita pelo termo prévio, e em que o último termo é uma intenção *da* ação como descrita pelo primeiro ou por qualquer termo intermediário. • 87

27 Há ainda um lugar para um ato interior de intenção que realmente determina o que está ou não está acontecendo quando se fala de “este ou aquele tipo de ação”? • 89

28 Sequência da investigação acerca do conhecimento não observacional. Conhecimento das próprias ações intencionais – posso dizer o que faço sem olhar para ver. • 93

29 Mas não deve haver dois objetos de conhecimento: o que estou “fazendo”, ou seja, minha intenção, e o que de fato ocorre, o qual só pode ser dado por observação? Concepções filosóficas sobre a vontade e a intenção que surgiram desse problema. • 96

30 Um exemplo para demonstrar que é errado tentar remeter a intenção real, ou ato da vontade, para algo que inicia os movimentos que em seguida ocorrem. • 99

31 Tentativa de solução pela comparação dos fatos que podem falsificar uma afirmação de ação intencional com os fatos que podem fazer uma ordem cair por terra. Inadequação dessa solução. • 101

32 Exemplo de alguém com uma lista de compras: a relação dessa lista com o que ele compra e do que ele compra com a lista feita por um detetive que o persegue. O caráter de uma discrepância, nos dois casos, entre a lista e o que se compra. Há algo como um “conhecimento prático” no sentido da filosofia antiga e medieval? • 103

33 Essa noção só pode ser entendida com base no prévio entendimento do que Aristóteles chamou de “raciocínio prático”. O silogismo prático não é uma forma de demonstração do que devo fazer. É um tipo distinto de raciocínio daquele do silogismo demonstrativo, mas isso foi mal compreendido na era moderna. • 106

34 Silogismos práticos não se limitam àqueles que parecem ser paralelos a silogismos demonstrativos. O ponto de partida para um raciocínio prático é algo que se quer, e a primeira premissa menciona algo que se quer. • 113

35 Ocorrência de termos avaliativos na primeira premissa dos silogismos práticos dados por Aristóteles. Nem toda afirmação de uma razão para agir exhibe um raciocínio prático. “Eu quero” não ocorre diretamente nas premissas, mas a primeira premissa deve mencionar algo que se quer. • 115

36 No sentido relevante de “querer”, “X”, em “A quer X”, não percorre todos os objetos passíveis de descrição ou todos os estados de coisas. A volição e o conhecimento sensorial não podem ser descritos de maneira independente. Problema de se querer *uma* esposa e, em geral, de se querer o que o agente sequer supõe ainda existir. • 120

37 Se uma pessoa quer algo, é sempre possível lhe perguntar “para quê?” ou “em que aspectos isso é desejável?”, e pode-se repetir a pergunta até que a pessoa dê uma caracterização de desejabilidade. • 126

38 Quando se alcançou uma caracterização de desejabilidade, a questão “para quê?” já não pode mais ser significativamente levantada numa continuação da série dessas questões. Este ponto é ilustrado por um exemplo: “é próprio de um nazista passar a última hora de sua vida exterminando judeus”. Isso não quer dizer que o raciocínio prático não possa ser atacado contanto que não seja falacioso. • 129

39 O fato de uma caracterização de desejabilidade ser exigida não mostra que alguma é compulsória em relação ao querer. *Bonum est multiplex*. • 133

40 Comparação do problema da relação entre “querer” e “bem” com o problema da relação entre “julgar” e “verdade”. • 135

41 A marca do raciocínio prático é que a coisa desejada está à distância da ação particular. • 138

42 O “absurdo” de se especificar raciocínios práticos em sua totalidade. O importante é descrever não o que ocorre (psicologicamente), mas uma ordem, a mesma ordem que descrevi ao discutir o que era a “ação intencional”. • 140

43 Contraste entre “a lenha está queimando” e “o homem está pagando sua conta de gás”: enorme complexidade aparente do “fazer” no último caso. • 142

44 Consideração de “se eu fizer isto, acontecerá isso e, se eu fizer aquilo, acontecerá aquilo”, seguido pela ação: casos em que isso é, e em que isso não é, “raciocínio prático”. • 143

Intenção

45 O conhecimento prático, considerado como o conhecimento do que é feito no caso de uma pessoa que dirige um projeto sem o ver. Problema: se suas ordens não são executadas, como é que isso é conhecimento? • 144

46 A descrição de algo como, por exemplo, construir uma casa ou escrever na lousa emprega o conceito de ação humana, o qual vimos ser definido por meio de nossa questão “por quê?” • 146

47 O termo “intencional” se relaciona a uma *forma de descrição* de eventos. Intenção em animais. • 148

48 Muitas descrições de eventos produzidos por humanos são, formalmente, descrições de intenções executadas. Elucidação da noção de conhecimento prático. • 152

49 Explicação da ação “voluntária”. • 156

50 Retorno à expressão da intenção para o futuro. O que foi dito sobre a intenção na ação presente também se aplica à intenção futura. Uma predição é uma expressão de intenção quando nossa questão “por quê?” se aplica a ela. • 157

51 Consideração do “eu simplesmente quero e pronto” relativo a uma expressão de intenção para o futuro. • 158

52 “Eu não vou fazer —” como expressão de intenção e “eu vou fazer —” como expressão de crença. Casos em que elas podem ocorrer juntas. • 160

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS • 165

ÍNDICE DE TERMOS • 167

ÍNDICE DE NOMES • 171

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Quando o professor Anderson Luis Nakano propôs à Associação Filosófica Scientiæ Studia a publicação da tradução deste livro, nós acolhemos a iniciativa com entusiasmo. Afinal, trata-se de um dos clássicos da filosofia analítica, escrito por uma admirável filósofa, G. E. M. Anscombe, que estudou com Ludwig Wittgenstein e cuidou da edição de várias de suas obras póstumas. O livro data de 1957 e, no entanto, não tinha tradução para o português.

Algo parecido também aconteceu com os clássicos *Indivíduos: um ensaio de metafísica descritiva* (1959), de Peter F. Strawson, e *Palavra e objeto*, (1960) de Willard van O. Quine, que só vieram à luz em português em 2019 e 2010, respectivamente. O livro *Intenção*, embora mais sucinto e com tema mais bem definido, não fica atrás desses outros dois clássicos em termos de qualidade, argúcia e profundidade filosóficas.

Parte da razão para essa lentidão em traduzir esses livros clássicos é que a filosofia analítica demorou a florescer no Brasil. Talvez se possa também dizer que a filosofia analítica se preocupa menos com sua história do que outras correntes filosóficas. Felizmente, hoje, temos diversos bons filósofos analíticos, com grande interesse pela história da filosofia analítica, e a situação vem sendo progressivamente remediada. É por isso que julgamos muito oportuna a publicação desta tradução.

Por exigências contratuais no acordo firmado para a obtenção dos direitos de tradução, este livro sai sem

uma introdução específica para o leitor brasileiro. Fizemos, no entanto, algumas adaptações para seguir os padrões editoriais da Associação, como, por exemplo, fazer os índices de termos e de nomes, que não existem no original. Além disso, reunimos no final do livro as referências bibliográficas dispersas em notas e no texto. Uma vez que a própria Anscombe nem sempre fornece informações completas dos textos que cita, elaboramos essas referências com base em dois critérios: (1) incluir edições acessíveis quando ela escreveu o livro e que permitem encontrar a passagem à qual ela se refere, mesmo que porventura não seja a edição usada por ela; (2) incluir edições brasileiras dos mesmos textos, quando houver.

O mais importante é que, finalmente, temos o clássico *Intenção*, de G. E. M. Anscombe, em português, numa tradução exímia do professor Anderson Luis Nakano e com a revisão técnica da professora Beatriz Sorrentino Marques. Utilizou-se a segunda edição, da Harvard University Press, de 2000, como base para a presente tradução.

OS EDITORES